

A CULTURA ESCOLAR COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO PPGE-UNESP, CAMPUS DE MARÍLIA

Guilherme Herreira Alves

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Marília
Email: herreira.alves@unesp.br

Linha de Pesquisa/Eixo Temático: Filosofia e História da Educação no Brasil

Palavras-chave: Cultura Escolar. Programa de Pós-Graduação em Educação. História da Educação

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre cultura escolar ganharam impulso na década de 1980, acompanhando a valorização do cotidiano e das práticas sociais como objetos de investigação, o que permitiu novas análises da relação dos sujeitos com seu tempo histórico. Nessa perspectiva, a escola é compreendida como um espaço dotado de relativa autonomia, capaz de produzir formas próprias de organização, sociabilidade e transmissão cultural, cujas normas, práticas e finalidades são continuamente produzidas, apropriadas e transformadas pelos sujeitos que dela participam. Trata-se, portanto, de uma instituição que não pode ser reduzida a uma função meramente instrumental.

Partindo dessa compreensão, este trabalho adota como principal referência a definição proposta por Julia (2001), para quem a cultura escolar corresponde a

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (Julia, 2001, p. 10).

Julia (2001) propõe "abrir a caixa-preta" da instituição escolar, ultrapassando as prescrições normativas para compreender o que efetivamente ocorre em seu cotidiano. Com isso, desloca o foco de uma historiografia tradicionalmente centrada na legislação e nas reformas educacionais para a análise das práticas, dos sujeitos e das relações que constituem a vida institucional.

Embora o conceito de cultura escolar tenha sido elaborado a partir da educação básica, esta pesquisa tem como objetivo mobilizá-lo em sentido ampliado, investigando em que medida a definição proposta por Julia (2001) pode servir como categoria de análise para compreender a cultura institucional do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP, campus de Marília, a partir da articulação entre sua dimensão normativa, expressa no prescrito, e sua dimensão prática, materializada no cotidiano institucional.

METODOLOGIA

A opção teórico-metodológica fundamenta-se na vertente da História Cultural, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

A dimensão normativa está sendo reconstruída a partir de documentos institucionais, como Estatutos, Regulamentos, Resoluções, Portarias, Projetos Pedagógicos e Editais. Segundo Faria Filho (1998), esses documentos não devem ser compreendidos apenas como instrumentos de regulação, mas também como linguagem e prática social, o que exige uma leitura atenta aos seus contextos de produção, interesses, silêncios e contradições. Em conjunto, eles definem a organização acadêmica do Programa, suas finalidades, linhas de pesquisa, critérios de ingresso, permanência, avaliação e credenciamento docente, além de registrar as mudanças curriculares, administrativas e organizacionais decorrentes de sua trajetória institucional.

Todavia, entende-se que a cultura escolar não se esgota naquilo que está formalmente prescrito: as normas expressam o que se pretende instituir, mas não explicam, por si sós, como a vida institucional efetivamente se organiza. Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Viñao Frago (2008), para quem a legislação é indispensável para compreender os projetos institucionais, embora insuficiente para explicar o funcionamento concreto das instituições, uma vez que as práticas cotidianas frequentemente reinterpretem, adaptam ou mesmo resistem às prescrições oficiais.

É nesse ponto que a análise das práticas se torna central, pois deverá permitir compreender como os diferentes sujeitos que compõem a vida institucional produzem e transformam a cultura institucional, revelando a dimensão do praticado e os modos pelos quais as normas são apropriadas e ressignificadas. Reconstruir essa dimensão constitui, no entanto, um dos

principais desafios metodológicos da pesquisa em curso. Como adverte Julia (2001, p. 15), "[...] a história das práticas culturais é, sem dúvida, a mais difícil de reconstituir porque ela não deixa, ou deixa muito poucos, vestígios".

No PPGE-UNESP, campus de Marília, essa dimensão será analisada por meio das rotinas dos grupos de pesquisa, das formas de participação discente, das relações entre orientadores e orientandos, dos processos de seleção, qualificação, defesa e avaliação, bem como das práticas de sociabilidade acadêmica. Embora muitas dessas atividades estejam previstas nos regulamentos, sua concretização envolve escolhas e formas de organização que extrapolam o prescrito. Por essa razão, será necessário recorrer aos relatos dos sujeitos, obtidos por meio de entrevistas, para compreender as práticas cotidianas e os sentidos que atribuem às suas experiências e à vida institucional.

ANÁLISE PARCIAL OU FINAL DOS RESULTADOS OBTIDOS

Como resultados parciais, considera-se que a cultura escolar do PPGE-UNESP, campus de Marília não se configure como mera reprodução de determinações externas, tampouco como produção inteiramente autônoma, mas se constitua na relação dinâmica entre normas e as formas como estas são apropriadas, reinterpretadas e ressignificadas pelos sujeitos que o integram. Nessa direção, entende-se que essa cultura não possua estrutura fixa, mas esteja em permanente transformação histórica, influenciada por mudanças políticas, epistemológicas, institucionais e geracionais, resultados parciais que a pesquisa em desenvolvimento buscará confirmar ou reformular ao longo de sua execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o PPGE-UNESP, campus de Marília, não implica compreendê-lo apenas como uma reprodução de normas internas e externas, nem como uma instituição inteiramente autônoma. É a partir dessa ambivalência que se pretende compreender a formação de sua cultura escolar: reconhecendo o prescrito sem absolutizá-lo, e o praticado sem descontextualizá-lo. Falar de cultura escolar no PPGE-UNESP, campus Marília será, portanto, falar das relações entre documentos normativos e práticas cotidianas. Espera-se, com isso, contribuir para o avanço da discussão teórico-metodológica sobre a produção da História da Educação nos

PPGE, reafirmando a relevância de estudos voltados à compreensão das condições institucionais, científicas e culturais que orientam a produção historiográfica.

REFERÊNCIAS

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Orgs.). *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 91-125.

VIÑAO FRAGO, Antonio. La escuela y la escolaridad como objetos históricos. Facetas y problemas de la historia de la educación. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Rio Grande do Sul (Brasil), vol. 12, n. 25, maio/ago. 2008, p. 9-54.